



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

A4 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta-feira • 10 de agosto de 2016

Em Sergipe, 44 prefeituras não pagaram professores

Segundo o Sintese, atraso no pagamento de salários tem sido uma realidade constante

Até essa terça-feira, 9 de agosto, segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica de Sergipe (Sintese), professores de 44 municípios do Estado ainda não tinha recebido o salário do mês de julho. “Uma situação injustificável, já que as verbas da educação são repassadas pelo governo federal aos municípios pontualmente, o que permite que os salários dos professores sejam pagos dentro do mês”, afirma o Sintese.

De acordo com o Sintese, “o atraso no pagamento dos salários dos professores das redes municipais de Sergipe tem sido uma realidade constante mês após mês neste último ano. Os prefeitos colocam a culpa na ‘crise financeira’. No entanto, o que se vê nas prefeituras sergipanas são o excesso de cargos comissionados, o excesso de contratos e o uso indevido das verbas da educação”.

• As cidades

Os 44 municípios que não pagaram o salário de julho aos professores, segundo o Sintese são: Carira, Aquidabã, Malhada dos Bois, Canhoba, Telha, Maruim, Rosário do Catete, Pacatuba, Santana do São Francisco, Campo do

Brito, Propriá, General Maynard, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas (em junho apenas alguns professores receberam o pagamento e em julho todos os professores estão sem salário), Pirambu, Japoatã, Riachão do Dantas, Arauá, Umbaúba, Tomar do Geru, Estância, Indiaroba, Gararu, Porto da Folha, Canindé do São Francisco, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Feira Nova, Graccho Cardoso, Cumbe, Itabi (pagou 88% do salário no dia 30/07; deve o restante), Santa Rosa de Lima, Pedra Mole (parcelou os salários: pagou apenas R\$ 1.000,00 a cada professor), São Domingos (pagou apenas 50% do salário), Cristinápolis, Pinhão, Salgado, Lagarto, Simão Dias, Poço Verde, Pedrinhas, Maçambira (dos 51 professores efetivos, apenas 13 receberam pelo Banco do Brasil, deixando sem salários os 38 que recebem pelo Banese), Muribeca e São Cristóvão.

• Denúncias

No sentido de evitar que a situação se agrave ainda mais, o Sintese diz que tem protocolado denúncias não só no Ministério Público Estadual (MPE), mas também para o Tribunal de Contas (TCE).

Nas últimas semanas, membros da direção do sindicato, acompanhado de professores e professoras dos municípios que sofrem com os constantes atrasos de salários, têm feito visitas aos conselheiros do TCE apelando para que eles pautem nas sessões do Pleno (e aprovelem) as medidas cautelares impetradas pelo Ministério Público Especial de Contas do TCE para impedir que essa ação nefasta e cruel promovida pelos prefeitos continue a prejudicar a vida dos professores e de suas famílias. Em alguns municípios, a diretoria do Sintese confirma que o atraso e/ou parcelamento dos salários já afetam as economias locais.

“A situação ultrapassou o limiar do grave, já é gritante e absurda. Chegamos a tal ponto que em alguns municípios o Sintese já teve que conceder cestas de alimentos para que professores e suas famílias não passassem fome. Nenhum gestor, por qualquer que seja o motivo, tem o direito de atrasar ou parcelar salário de trabalhador, pois reter salário é crime. Sem salário não existe dignidade, não há contas pagas, não há comida à mesa”, diz a diretora do departamento de assuntos das bases municipais do Sintese, professora Sandra Moraes.